

RESENHA

NEOLIBERALISMO, TRADICIONALISMO MORAL E EROSÕES DEMOCRÁTICAS: UMA CONEXÃO POUCO EXPLORADA

BROWN, Wendy. 2019. Nas Ruínas do Neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. Editora Filosófica Politeia.

Marcio Cunha Filho¹

<https://orcid.org/0000-0002-4649-8049>

Recebido em: 07/05/22

Aprovado em: 02/08/22

Nos últimos anos, cientistas políticos, juristas e historiadores têm se debruçado sobre o estudo do que se convencionou chamar de “erosão democráticas” – o processo por meio do qual sistemas democráticos são gradualmente desconstruídos e se convertem em autocracias, muitas vezes a partir da subversão das próprias regras e instituições democráticas. O centro do argumento, que talvez una os pesquisadores preocupados em estudar o fenômeno, consiste em afirmar que, atualmente, golpes militares ou o uso da força bruta deixaram de ser as formas principais de dismantelar regimes democráticos. Contemporaneamente, regimes democráticos são paulatinamente destruídos de dentro, a partir de suas próprias instituições.

Tendo constatado a ocorrência do fenômeno em diversos países (tais como Hungria, Polônia, Turquia, Venezuela, e até mesmo a possibilidade real de sua ocorrência em democracias consolidadas, como os Estados Unidos), a literatura tem se debruçado sobre as causas do fenômeno. Nesse contexto, grande parte dos cientistas políticos têm se focado em explicações institucionais. Przeworski (2019), por exemplo, afirma que o presidencialismo e os sistemas de representação proporcional favorecem a polarização e podem desgastar a competição democrática. Levistki e Ziblatt (2018), por sua vez, enfatizam a influência que partidos políticos têm na sustentação ou no desmonte de regras democráticas. Outros autores se focam mais nas causas sociológicas, psicológicas ou individuais do fenômeno. É o caso, por exemplo, de Nichols (2021), segundo o qual as democracias estão se desfazendo pelo declínio do conjunto de valores ou de regras compartilhadas que sustentaram esse modelo político desde a segunda guerra mundial. Outros autores têm enfatizado o papel de redes sociais e de novas e a exploração e manipulação da dissonância cognitiva das pessoas (McINTYRE, 2018; HAIDT, 2022). Já Mounk (2019) associa a perda

¹ Professor adjunto do curso de graduação em Direito do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento, Ensino e Pesquisa (IDP). Líder do grupo de pesquisa Direito e Ciência Comportamental. Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. Doutor em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: marcio.filho@idp.edu.br

de força das democracias ao redor do mundo a questões macroeconômicas, como queda da perspectiva do crescimento econômico, crescimento das desigualdades, entre outros.

Nenhum dos autores acima citados parece realizar qualquer associação entre o declínio de democracias e a ascensão do neoliberalismo como projeto não apenas econômico, mas também ideológico e moral. Wendy Brown (2019) é quem oferece essa perspectiva diferenciada sobre as causas das erosões democráticas. Mais do que buscar a explicação em fatores institucionais, sociais ou psicológicos, ela coloca a ideologia neoliberalista como motor e aspecto central da ascensão do autoritarismo e do neofascismo e do desmonte das democracias ocidentais.

Para ela, a ideologia neoliberal fornece a base para os ataques a todos os aspectos da democracia constitucional, desde o seu combate à igualdade racial e de gênero, à educação pública, à produção de um "nihilismo intenso que se manifesta como perda da fé na verdade, na facticidade e em valores fundamentais" (BROWN, 2019, p. 17). Indo além de seu trabalho anterior em *Undoing the Demos* (BROWN, 2015), em *Ruínas do Neoliberalismo* Brown argumenta que essa ideologia não apenas visa "economicizar todos os aspectos da existência", mas também "habilitar o mercado e a moral para governar e disciplinar indivíduos [...] por meio da demonização do social e da versão democrática da vida política" (BROWN, 2019, p. 21). A ênfase extremada do neoliberalismo na ideia de liberdades individuais significa, na verdade, uma negação completa da política e de qualquer forma estatal de distribuição de bens e de organização das formas de poder. Assim, os ideais neoliberais, travestidos de uma defesa de liberdades individuais, "classificam como assaltos à liberdade e à moralidade toda política social que desafia a reprodução social das hierarquias de gênero, raça e sexo, ou as políticas que promovem tímidas correções nas diferenças extremas entre as classes" (BROWN, 2019, pp. 22-23).

Para Brown, o neoliberalismo é muito mais do que um projeto econômico que visa a privatização de serviços públicos, a diminuição do Estado e o esvaziamento de proteções trabalhistas: o neoliberalismo é também "um projeto político-moral que visa proteger as hierarquias tradicionais negando a própria ideia do social e restringindo radicalmente o alcance do poder político democrático nos Estados-nação" (BROWN, 2019, p. 23). A narrativa neoliberal de desregulamentação do mercado vem acoplada e serve para proteger as estratificações sociais baseadas em gênero e raça produzidas e mantidas historicamente. Como tipo de racionalidade política e moral, o neoliberalismo tem alcances que transcendem o campo econômico, pois "os seus princípios de governo [...] têm a pretensão de serem aplicados também a instituições de toda a sociedade – escolas, locais de trabalho, clínicas, etc." (BROWN, 2019, p. 31).

O neoliberalismo como uma forma de imposição de uma moralidade tradicional é um aspecto essencial na análise de Brown. O neoliberalismo está fortemente associado a um projeto de reforçar a moralidade tradicional, baseada na manutenção de desigualdades estruturais: "por um lado, os mercados desregulamentados tendem a reproduzir, em vez de amenizar, os poderes e a estratificação sociais produzidos historicamente. Divisões raciais e sexuais do trabalho estão embutidas neles: o trabalho doméstico, por exemplo, não é remunerado, e sua versão de mercado lamentavelmente sub-remunerada (cuidado infantil, limpeza doméstica, cuidado domiciliar de saúde, trabalho na cozinha) é executada de modo desproporcional por não brancos e imigrantes" (BROWN, 2019, p. 24). Por outro lado, diz a autora, "a moralidade tradicional serve para repelir o combate às desigualdades como, por exemplo, assegurar a liberdade reprodutiva das mulheres ou desmantelar a iconografia pública que celebra um passado escravocrata; a moralidade tradicional também liga a preservação do passado ao patriotismo, promovendo-o não apenas como amor ao país, mas como amor ao modo como as coisas eram, o que tacha de antipatrióticas as objeções à injustiça racial e de gênero" (BROWN, 2019, p. 24). Assim, uma das grandes contribuições de Brown

é posicionar o tradicionalismo moral como um elemento central do neoliberalismo, e que está nele presente desde seus primórdios, isto é, desde a estruturação inicial do conceito a partir da obra de Friedrich Hayek.

Como projeto de dismantelamento do Estado social e da finalidade de igualdade política a que ele visa, o neoliberalismo é também um projeto de desmanche da democracia. Isso porque a ideia de igualdade, promovida e enfatizada pelo Estado social, não é apenas um ideal econômico. Brown argumenta que teóricos da igualdade, desde Rousseau e Tocqueville até autores contemporâneos, defendem esse ideal não apenas porque se opõem à miséria e ao sofrimento. Na verdade, ideais de igualdade ou isonomia sempre estiveram associados à liberdade e à possibilidade de participação no sistema político: sem condições materiais mínimas, as pessoas marginalizadas não têm condições de efetivamente se integrarem à vida social e política de seus países. Nessa linha de raciocínio, o Estado social é maior do que a “questão social” sobre justiça: “na verdade, a democracia exige esforços explícitos para criar um povo capaz de se engajar em formas modestas de autogoverno, esforços que se dirigem às formas pelas quais as desigualdades sociais e econômicas comprometem a política” (BROWN, 2019, p. 37). Assim, o neoliberalismo, a partir da defesa da ausência de intervenção do Estado na economia, promove interesses que são frontalmente contrários à democracia: as estratificações, exclusões, manutenção de hierarquias sociais. Com isso, o “ataque neoliberal ao social [...] gera uma cultura antidemocrática desde baixo, ao mesmo tempo em que constrói e legitima formas antidemocráticas de poder estatal desde cima” (BROWN, 2019, p. 39).

O neoliberalismo nega a política democrática a partir de uma lógica de hiperindividualização dos problemas sociais da forma com que enxergamos os problemas à nossa volta. Se todos os problemas remetem a uma responsabilidade individual, não há como se posicionar publicamente contra forças de dominação e hierarquização sociais. Assim, “hoje temos um liberalismo que repudia os poderes estruturais de dominação”, e temos uma “deslegitimação das preocupações com a igualdade, exceto a igualdade legal formal, e das preocupações com o poder, exceto a coerção explícita, o que fornece esse novo significado e prática da liberdade sob o manto exclusivo do direito” (BROWN, 2019, p. 54). O neoliberalismo, assim, posiciona a liberdade individual acima de quaisquer outros princípios e, com isso, se torna ilimitada e desprovida de quaisquer preocupações com suas consequências ou seu contexto social.

É por meio do sistema jurídico e de teorias jurídicas que o neoliberalismo legitima, sedimenta e desenvolve essa versão hiperindividualista da sociedade que acaba se tornando um “libertarianismo moral que serve como ataque à democracia” (BROWN, 2019, p. 57). Brown analisa esse ponto a partir principalmente da decisão da Suprema Corte norte-americana *Masterpiece Cakeshop v. Colorado Civil Rights Commission*, de 2018. Nesse caso, um confeitiro se recusou a vender um de seus bolos para um casamento entre dois homens, alegando objeção de crença religiosa e argumentando que sua liberdade de expressão abarca a liberdade de vender seus produtos apenas a quem quiser. Para Brown, esse caso representa as novas fronteiras da batalha entre moralidade tradicional e justiça social. Ainda que a decisão favorável ao confeitiro tenha sido obtida por uma questão formal – a Corte concluiu que a Comissão de Direitos Humanos do Colorado não assegurara ao proprietário da confeitaria o direito à ampla defesa no processo em questão –, ela demonstrou o posicionamento que os juízes mais radicais passariam a adotar em suas decisões. Nesse caso, os *Justices* Gorsuch e Thomas deixaram claro que qualquer lei antidiscriminação pode ser considerada uma prática atentatória contra as liberdades individuais (BROWN, 2019, p. 157). Para Brown, a decisão demonstra como a ideia de liberdade de expressão está sendo utilizada como um motor para “privilegiar a moralidade tradicional e solapar as determinações democráticas de igualdade de justiça na vida comercial, pública e social” (BROWN,

2019, p. 159). O raciocínio dos juízes de direita da Suprema Corte traz a moralidade tradicional para dentro da esfera pública, abrigando-a e tomando-a como uma forma legítima de expressar uma liberdade pública. O raciocínio legal da Suprema Corte “permite à objeção religiosa não parecer discriminatória enquanto perpetua a desigualdade; a distinção protege a liberdade enquanto rejeita a igualdade ordenada pelo Estado” (BROWN, 2019, p. 165).

Brown conclui que há um grande risco de reduzir o neoliberalismo a um projeto econômico. Se pensarmos que o neoliberalismo se limita a isso, deixamos de compreender os “deslocamentos tectônicos na organização e consciência do espaço que tanto estimulam certas reações políticas hoje quanto organizam o teatro no qual elas ocorrem” (BROWN, 2019, p. 223). A destruição do social, a financeirização de todos os aspectos da vida, a introdução do niilismo e do ressentimento são algumas das consequências da implantação do neoliberalismo como modo de ser não apenas do Estado, mas da sociedade como um todo.

Referências

BROWN, Wendy. **Undoing the demos**: neoliberalism's stealth revolution, 2015.

BROWN, Wendy. 2019. **Nas Ruínas do Neoliberalismo**: a Ascensão da Política Antidemocrática no Ocidente. São Paulo, Editora Filosófica Politeia, 2019.

HAIDT, Jonathan. **Why the Past 10 Years of American Life Have Been Uniquely Stupid**. The Atlantic, 2022.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 270 p., 2018.

NICHOLS, Tom. **Our Own Worst Enemy**: The Assault from within on Modern Democracy. Oxford, Oxford University Press, 2021.

McINTYRE, Lee. **Post-truth**. Cambridge, MIT Press, 2018.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia**: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. São Paulo, Companhia das Letras, 2019.

PRZEWORSKI, Adam. **Crisis of Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.